

Então, o encaminhamento que eu vou fazer ao final da CPI é que a gente proponha algumas alterações na legislação para prever a criação de mais uma comissão permanente aqui nessa Casa com a função de fiscalizar e monitorar permanentemente a atuação das agências reguladoras. Eu anotei mais algumas coisas que ela pode fazer: ela vai ter a função de acompanhar esses investimentos que a gente aqui não consegue saber se estão sendo executados ou não. Ela vai fazer as agências atuarem para fazerem as revisões tributárias no prazo, as tarifárias no prazo, porque a gente percebe que isso também é uma das causas do problema que a gente enfrenta hoje. A revisão tarifária não acontece no prazo previsto que a lei manda. A concessionária fala que não fez o investimento porque a revisão tarifária não aconteceu e fica nesse jogo de empurra de um para o outro. Essa comissão permanente pode ter o poder de propor a destituição de Conselheiros que ela considerar ineficientes. E nessa comissão os Conselheiros, como o Presidente Rafael falou, podem ter pela lei autorização para falar livremente até dos processos que ainda serão julgados, para que essa comissão possa acompanhar de uma forma mais próxima, mais rotineira, mais presente o funcionamento das agências. E que isso não aconteça só quando uma CPI seja criada ou quando aconteça um fato muito grave, que já aconteceu no passado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Algum Deputado que fazer uso da palavra?

O SR. ALAN LOPES - Eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Alan Lopes.

O SR. ALAN LOPES - O site do Tribunal de Contas, publicação do dia 10 de maio de 2023, auditoria aponta inconsistências na concessão da ViaLagos. Achados expõem desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato. O contrato da ViaLagos foi renovado com o parecer a favor da concessionária, tendo inclusive auditoria do TCE apontando a ausência de estudos demonstrando a vantagem da prorrogação contratual adotada em detrimento de um certame licitatório, assim como evidente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com ganhos substanciais para a concessionária.

Estamos falando aqui da renovação de uma concessão rodoviária em evidente desobediência à própria cláusula 8ª do contrato de concessão anterior, que deixava claro que a prorrogação do contrato deveria atender ao interesse público. Ou seja, o interesse da sociedade. Foi aprovada pela agência uma das tarifas mais caras do país, principalmente se considerada a administração de apenas 56 km de extensão de rodovia. A agência aprovou a manutenção da tarifa sem sequer incluir investimentos que pudessem beneficiar a sociedade e sem estudos relacionados ao interesse público.

Diante desse contexto, eu queria saber o que faltou para a Agetransp anular a prorrogação do contrato da ViaLagos.

O SR. MURILO LEAL - Pois é. Posso responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Sim.

O SR. MURILO LEAL - Esse processo é uma auditoria que está ainda em andamento no âmbito do Tribunal de Contas do Estado. É um processo complexo, muito complexo do ponto de vista técnico. É um questionamento realizado, salvo engano, uma representação feita por dois Deputados no ano de 2018, 19, não sei exatamente quando foi realizado. O que eles questionam o aditamento dos termos 8º e 10º do contrato CCR ViaLagos. Uma decisão preliminar do Tribunal entendendo que as prorrogações eram consideradas ilegais. A agência, junto com a Procuradoria do Estado, recorreu. O Tribunal entendeu que a hipótese legal estava cumprida, entretanto, haveria necessidade de avaliação das justificativas econômico-financeiras que levaram à renovação desse contrato através do 8º e 10º termo aditivo. Essa é uma auditoria que ainda está em andamento no Tribunal.

Então, acho que, resumidamente, eu disse o status do processo. Mas é uma auditoria que ainda está em andamento no Tribunal. A gente apresentou diversos documentos solicitados pela auditoria do Tribunal e ainda aguardamos o pronunciamento oficial do Tribunal de Contas para entender qual vai ser o próximo passo que vai ser dado em relação a isso. A gente, do ponto de vista, sem querer fazer nenhum juízo de valor ou adiantar entendimento ao processo regulatório, é bem provável que esse processo culmine numa grande revisão do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Pois não, Conselheiro. Boa tarde.

O SR. VICENTE LOUREIRO - Boa tarde, boa tarde a todos e todas.

Temos um problema com essa concessão que é de nascença. São poucos no Brasil os casos semelhantes, onde se fez a concessão para pagar o investimento e para fazer a manutenção da estrada. Por isso que a tarifa que se pratica lá é uma tarifa completamente fora dos padrões das outras rodovias que nós circulamos, sejam elas concessões federais, estaduais, aqui no Estado ou fora do Estado.

Então, é muito importante que se perceba... Acho que são três casos. Se não me falha a memória, somente três casos parecidos no Brasil. E foi lá no início do processo de concessão e nunca mais foi usado. Quer dizer, para que o investidor privado faça a obra e depois faça a manutenção. Esse modelo me parece que não deu certo e não deve ter continuidade pelo menos a curto prazo. Eu não acredito que ele possa, tendo em vista a condição econômica do nosso país, ser replicado.

É só para esclarecer, Perdão.

O SR. BRAZÃO - Só uma pergunta, Presidente. Esse pedágio, qual foi o valor dele real? Porque eles alegam que eles fazem essa promoção, essa... De sexta-feira, meio-dia, até segunda-feira, meio-dia, eles cobram mais caro. E dia de semana eles fazem mais barato. Mas o contrato lá atrás foi assinado um valor. Eu queria até que o senhor falasse esse valor. Que é uma coisa que... é um valor absurdo. Trinta e...

O SR. VICENTE LOUREIRO - Exatamente. O valor é ainda mais pesado porque, naquela época, se considerava todos os usuários iguais. Essa modificação, esse ajuste foi para um processo de amadurecimento, aperfeiçoamento, perdão, do contrato onde se fez a diferença dos moradores ou dos usuários durante a semana dos turistas, que usam o fim de semana. Isso ajudou a amenizar um pouco a tarifa para os usuários permanentes, moradores da região ou fornecedores de insumos e de equipamentos, enfim, para todas as cidades da região. Isso foi para amenizar já o impacto daquele desequilíbrio que, como eu disse aqui, eu não acredito que se faça mais concessões no Brasil, pelo menos não vejo no curto prazo, com esse modelo de fazer, remunerar o investimento privado e remunerar ao mesmo tempo a manutenção.

O SR. BRAZÃO - Mas olha só: na época, o que o senhor falou, realmente fizeram porque as pessoas que... O turista lá para lá, só que, ao contrário. Hoje, as pessoas do Rio de Janeiro se aposentaram, foram para lá e são residência lá. E paga um absurdo. É a farrá do pedágio. É a má administração pública no nosso Estado, que vem há anos, e a gente vem sofrendo há anos com a má gestão.

Então, não podemos continuar com essa farrá do pedágio. Ainda tem o problema do, Presidente, do transporte dos motociclistas, que eles usavam o próprio carro para transportar moto. Moto, que é um bem material da pessoa, que põe em cima. Ele paga o pedágio. Se a moto enguiçar, der algum problema mecânico, eles põem em cima e vêm em cima irregular, em cima de um transporte que não é apropriado. E aí pode, muito bem, naquele momento, numa batida, num impacto, sei lá, num momento qualquer, vir a causar até um problema de tirar uma vida de uma pessoa. Já pensou a moto voar de cima de uma... E bater num carro? Bater no próprio pedestre que está andando naquela região ali?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Eu vou encaminhar, Brazão, para a gente... Como a excelência bem lembrou essa questão do pedágio, junto com o Deputado Alan, para quando a gente avançar na questão do transporte, dedicar um dia exclusivamente para falar dos pedágios, principalmente nesse caso, que é ampliação de perímetro nas praças de pedágio. Isso já tem sido objeto de alguns projetos de lei que estão no âmbito da CCJ. A gente faria uma audiência lá por conta disso.

Então, a gente traz aqui para a CPI, agradecendo a vossa excelência pelo zelo.

O SR. BRAZÃO - Outra coisa, Presidente, nós temos que manter também uma cota de emprego, que eles querem ganhar o dinheiro, hoje o pedágio, através do quê? Acabar com as cabines...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - De cobrança manual.

O SR. BRAZÃO - A cobrança manual. Não existe isso. Tem que manter o emprego no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Presidente, continuo ainda com as indagações referentes à gestão da agência. Qual o orçamento da agência anual?

O SR. MURILO LEAL - A previsão de arrecadação da agência para esse ano é de aproximadamente 38 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - 38 milhões.

O SR. MURILO LEAL - Previsão de arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Esse quantitativo de servidores, imagino que tenha uma quantidade de assessores nos gabinetes dos Conselheiros.

O SR. MURILO LEAL - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Esses assessores são igualmente distribuídos ou vossa excelência tem algum tratamento diferenciado por ser Presidente?

O SR. MURILO LEAL - Na verdade, os gabinetes dos Conselheiros são predefinidos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Fazer um exemplo, o senhor que está com o uso da palavra. O senhor, como Conselheiro, tem quantos assessores ligados ao seu gabinete de Conselheiro, não de Presidente?

O SR. MURILO LEAL - Meu gabinete de Conselheiro são quatro servidores. Quatro servidores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - O senhor conseguiu nominá-los?

O SR. MURILO LEAL - Agora... Porque, na verdade, a questão administrativa eu não sei quais efetivamente estão lotados na Presidência e quais são lotados no gabinete. Entendeu? A questão de lotação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Eu estou me... Fazer um exemplo aqui. Aleatório. A folha que o senhor nos encaminha tem uma coluna aqui, cargo em comissão; cargo em comissão. Vou pegar o primeiro aqui que esteja... Assessor de Conselheiros. Sérgio Poubel de Campos, por exemplo. Ele é assessor seu?

O SR. MURILO LEAL - Sérgio Poubel é do Conselheiro Vicente Loureiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Aí, os Conselheiros têm esses cargos de Assistente de Conselheiro.

O SR. MURILO LEAL - Assistente de Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Esse Sérgio Poubel de Campos é um dono de uma empresa funerária, Conselheiro? O senhor tem conhecimento disso?

No microfone, por favor.

O SR. MURILO LEAL - Do Instituto Federal antes de trabalhar no Estado. Eu não tenho conhecimento nenhum dessa vinculação com empresa funerária.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Obrigado. A gente já está... São 3 horas em ponto. Algumas questões obviamente relativas à necessidade que a gente tem de esgotar o tema pelo menos no que diz respeito ao âmbito da agência, antes de adentrar com a concessionária propriamente dita, a gente não conseguiu fazer pelo avançar da hora. Tem muitas questões relacionadas aqui à própria gestão, como, por exemplo, a compra de um imóvel. A agência está em vias de comprar um imóvel, Presidente?

O SR. MURILO LEAL - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Vossa excelência pode fazer uma breve referência sobre essa tratativa?

O SR. MURILO LEAL - Na verdade, eu até trouxe todos os documentos solicitados pela CPI. Estão anexados. Acho que todos os Deputados já receberam. A verdade... O senhor esteve lá na agência. A agência hoje funciona num imóvel que é do Estado do Rio, que é do DER. A gente paga aluguel para estar ali no imóvel do DER. A gente entende que tem dificuldades administrativas para tocar o imóvel. Por exemplo, a rede elétrica não permite que a gente faça uma grande reforma de refrigeração. Enfim, chegando o verão, o ambiente de trabalho fica insalubre. Enfim, e, além de muitas outras justificativas que estão presentes dentro do processo administrativo que eu encaminhei para os senhores, a gente decidiu, o Conselho Diretor decidiu por bem a aquisição de uma nova sede para modernização e...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Quando o senhor fala Conselho Diretor, são os demais quatro Conselheiros.

O SR. MURILO LEAL - Na verdade, a decisão da época... O Conselho estava composto apenas por três Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Perfeito. Esse investimento é de quanto, Presidente?

O SR. MURILO LEAL - A gente fez uma estimativa de mercado e fez uma grande pesquisa de mercado. O termo de referência que a gente alcançou, um preço médio de onze milhões e... Aproximadamente, onze milhões, para não ser leviano com os números. E o imóvel que foi selecionado, hoje, parece que a proposta apresentada pelo vendedor é de aproximadamente nove milhões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Quanto há em caixa na agência hoje?

O SR. MURILO LEAL - A agência tem, hoje, em caixa, 75 milhões aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Bem, algum Deputado quer fazer alguma pergunta final...

O SR. THIAGO RANGEL - Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Vou fazer o encaminhamento para que a gente faça a continuidade dessa audiência, não obstante toda a programação que já temos referente à concessão do gás, porque alguns temas aqui, a maioria deles não foi exaurida.

O SR. THIAGO RANGEL - Eu quero ser breve, Presidente. Presidente, Conselheiro.

O SR. MURILO LEAL - Pois não.

O SR. THIAGO RANGEL - Não tenho nada pessoal, até porque não conheço o senhor. Mas o senhor omitiu uma informação que o Presidente Deputado Rodrigo Amorim lhe fez. Sobre nepotismo dentro da Agetransp. O senhor omitiu. O senhor sabe que o senhor omitiu, não sabe?

O SR. MURILO LEAL - Não, eu não omiti.

O SR. THIAGO RANGEL - O senhor omitiu sim.

O SR. MURILO LEAL - Desculpa, Deputado. O senhor pode continuar que depois eu concluo.

O SR. THIAGO RANGEL - O senhor só concluiu depois que ele sabia sobre o fato. O senhor omitiu.

Qual a relação do senhor com os donos de concessionárias? Relação pessoal.

O SR. MURILO LEAL - Nenhuma, excelência.

O SR. THIAGO RANGEL - Donos de empresas de ônibus.

O SR. MURILO LEAL - Nenhuma, excelência. Pessoal, nenhuma.

O SR. THIAGO RANGEL - Presidente, quero ser breve. O senhor pode convocar o Secretário de Transportes? Pode deliberar sobre isso aqui?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Presidente, vamos avançar a hora. Já iniciamos o Plenário. Regimentalmente, a gente não pode nem continuar com nenhuma atividade paralela enquanto o Plenário... A gente está com o Vice-Presidente da Casa aqui. Não faríamos tamanho desrespeito ao Regimento na frente do Vice-Presidente. Mas faço o encaminhamento. Considero necessário, me filio à sua fala no sentido de que a gente precisa fazer uma reunião extraordinária da comissão para continuidade específica com a Agetransp e, se for o caso, inclusive decretar o sigilo dessa audiência para que a gente possa avançar, inclusive, em matéria relativa a atual processo que esteja tramitando. E abordar ainda a questão relativa à gestão da Casa.

Então, como ao meu encaminhamento para que a gente faça uma audiência extraordinária.

O pedido do Deputado Thiago Rangel é um pedido no sentido de convidar para essa audiência o Secretário Estadual de Transportes. Como vota o Deputado Librelon?

O SR. DANNIEL LIBRELON - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Rangel?

O SR. THIAGO RANGEL - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Tande?

O SR. TANDE VIEIRA - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Brazão?

O SR. BRAZÃO - Eu digo que nós temos que resolver ponto a ponto as coisas, então, não adianta a gente juntar, como nós falamos com os anteriores. Debateu aqui com a Presidente da Agener-

sa.

Então, se a gente começar também a convocar, convocar, convocar, nós vamos prejudicar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - É um convite, convite. É um convite apenas. O Secretário de Estado Hugo Leal também está convidado para a próxima oitiva. Foi deliberado já por esse colegiado. E aqui é um convite apenas para que a Secretaria de Transportes se faça presente.

O SR. BRAZÃO - Favorável também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Val.

O SR. VAL CEASA - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Delaroli.

O SR. GUILHERME DELAROLI - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Meu voto também é favorável.

Por unanimidade, está deliberada e aprovada a realização de uma audiência extraordinária em data que definiremos em breve, nos próximos dias. Com os Conselheiros da Agetransp e também com o Secretário Estadual de Transportes.

Eu, até por lealdade, já que a gente foi muito duro aqui com algumas questões relacionadas à gestão, e em vários momentos foi citado aqui o Conselho, eu faço o questionamento aqui aos demais Conselheiros presentes, se querem fazer brevemente uso da palavra ou se deixam para a próxima assentada, porque, de certa forma também os vinculou a algumas decisões que, evidentemente, esse colegiado não concorda.

Lembrando que, no caso especial do Conselheiro Charles Batista e do Conselheiro Konder, tomaram posse há pouco mais de um mês, mas fica aqui o registro. Se quiserem fazer uso da palavra agora ou na próxima.

Conselheiro, Delegado Fernando, seja muito bem-vindo.

O SR. FERNANDO MORAES - Sr. Presidente, muito boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Boa tarde, Dr. Fernando Moraes.

O SR. FERNANDO MORAES - Cumprimos o senhor, eu cumprimento os demais Deputados. Cumprimento o Presidente da Agenera, Delegado (não compreendido), os companheiros Conselheiros da Agenera. Eu só queria deixar consignado o meu agradecimento tanto ao Governador do Estado, pela indicação, como o carinho que os senhores tiveram nessa Casa, como representantes do povo, quando apoiam, escolhem, apontam e votam em cada um de nós.

Então, infelizmente, há problemas. Como o senhor disse, vai haver uma nova reunião, mas, desde já, eu quero deixar bem clara a minha posição em relação à agência. Porque eu tenho 40 anos de vida pública, não é pouco tempo não, e, na última sessão, desde semana passada, eu era Conselheiro substituto do Presidente; e gestor, era junto com ele; e abri mão, fiz uma CI(?) e abri mão disso, em virtude da última reunião que nós tivemos, que me deixou muito triste. Porque, com a vinda do Conselheiro Charles, com a vinda do Conselheiro Adolfo Konder, eu acho que a agência ganhou sangue novo. A agência reacendeu. E eu acho que a gente tem tudo para crescer muito e para prestar o serviço de qualidade para a população do Estado do Rio de Janeiro e atender aos anseios da população e dar uma melhor resposta no serviço prestado pela agência.

Eu me sinto triste, digo aqui para os senhores, sem demagogia, sou um homem velho, 61 anos. Sou um homem velho, com 40 anos de vida pública. E, 40 anos de vida pública, eu sou Delegado há 29. Fui Delegado e sempre Delegado Titular. Está aqui o doutor que orientou para a polícia, foi meu Delegado, foi trabalhar na Antissequestro comigo. E eu sempre estive à frente, sempre titular, sempre, sempre fui titular. E uma coisa que me deixou triste e me fez tomar essa decisão de entregar o cargo de substitutivo e de não participar mais da gestão da agência foi justamente na penúltima reunião, onde o Conselheiro Charles e o Conselheiro Konder estavam presentes, que o Conselheiro Charles, com essa vontade, nesse afã, como o Conselheiro Konder, que estão chegando agora, porque eu também estou lá há 5 anos.

Então, de certa forma, o que recai sobre o Presidente deveria recair sobre mim também, só que eu não tenho a caneta. Eu não respondo administrativamente, eu só sou um Conselheiro. Sou voto vencido, porque aquilo é um colegiado. Não querendo aqui me fazer de inocente não, eu devo ter parcela de culpa, mas muito pouca.

Então, eu quero dizer para o senhor que eu tomei essa decisão, porque, na penúltima reunião, na ênfase com os Conselheiros Charles e Konder, no afã de querer colocar a agência para funcionar, disseram que a gente quer fazer, vamos fazer, vamos fiscalizar, vamos isso e vamos aquilo. E o Presidente, não é nada pessoal, ele sabe o quanto eu gosto dele, nós fomos juntos para a agência, fomos indicados pelo Pezão, na época, Governador Pezão, e fomos juntos; e o Presidente fez, na reunião interna nossa, oficial, gravada, ele fez questão de dizer que ele não queria ser protagonista de nada.

E, aí, excelência, eu queria dizer para o Presidente: ele que me desculpe, não estou aqui, não é meu papel de... Não sou cagueiro, não sou nada disso, não sou homem disso, não sou protagonista, protagonista, excelência, o sinônimo de protagonista é agente, autor, cabeça, figura, vulto, líder, responsável, motor, impulsor, promotor, causador, motivador e fomentador. Ou seja, Presidente. Presidente.

Eu fui chefe da Antissequestro 10 anos, eu fui protagonista naquela delegacia 10 anos. Eu fui Presidente do Detrol três anos, fui protagonista. Apanhei, a imprensa me bateu, sofreu CPI, respondi e... Mas quem está à frente de um órgão, principalmente um órgão público, está sujeito a isso. Mas se dedicar e trabalhar, talvez lá na frente consiga colher os louros disso.

Então, há mais de um mês, eu tenho 180 processos. Desses 180 processos meus, 120 estão parados no órgão técnico, na Catra. Que não é mau garoto não, que fui até eu que indiquei ele para lá porque estudou no exterior, é formado no exterior, é um bom garoto. Tem uma formação muito boa, que é o Édipo. Mas... E tenho quatro funcionários do meu gabinete. Mas, infelizmente, tenho 120 processos parados que eu não consigo tocar e eu não consigo botar esses processos para votar em função da falta de deliberação, da falta de parecer técnico.

Então, Presidente, eu queria dizer isso. Não estou aqui querendo atacar o Presidente, de forma nenhuma, é meu amigo, o pai é meu amigo, sou da época do Délio Leal, o pai dele, é meu amigo. E só queria dizer que essa falta de protagonismo, na verdade, é que tem lhe levado a essa passividade da agência. E eu me sinto muito triste porque eu fui um homem ativo. Dez anos de Antissequestro, eu comecei em 95, com 200 sequestros, terminei em 2005 no zero. Fui baleado três vezes. No Detrol, comecei com 300 carros apreendidos, terminei com 1.200.

Então, eu fico muito triste de estar trabalhando num lugar onde as coisas não funcionam. E estar aqui, ficar o dia inteiro sentado aqui e ter que ouvir isso. E justamente daqueles que me botaram aqui. Porque foram os senhores Deputados que foram lá e apertaram lá; e falou: "Eu voto no Fernando", "Eu voto..." Foram 47 votos.

Então, me sinto muito, muito triste. Peça vênica, peça talvez até perdão aos senhores por os senhores terem votado em mim para Conselheiro e eu talvez não tenha dado a resposta à altura, mas a caneta não era minha.

Então, era isso que eu queria dizer, entendeu? Eu tenho aqui os papéis que comprovam que a Catra não atende, dos 120 processos parados, a gente não tem órgão técnico. A gente tem aqui 85